

FEMINISMO COMUNITÁRIO DO SUL



Figura 18: *O ecofeminismo de Avelino.* Sara Oliveira. Collage digital, 2021.

Feminismo Comunitário do Sul: lutas, territórios e res-existências das catadoras de lixo no município de Mossoró/RN/Brasil

karlla Souza¹
Luan Gomes²
Betânia Torres³

Introdução

Este artigo apresenta um breve relato sobre a vida e as res-existências de mulheres catadoras na cidade de Mossoró/RN com foco no protagonismo de Josefa Avelino, fundadora da Associação Comunitária Reciclando para a Vida (ACREVI), associação fundada em 1999 enquanto prática informal, mas que, apropriadamente, foi se tornando um lugar de partilha e de exercício de empoderamento feminino.

Pretendemos colocar em relevo as subjetividades das ações dessas mulheres no que se refere aos elementos socioeconômicos subjacentes ao aproveitamento do lixo como recurso para a vida e aos sentidos de emancipação atribuídos pelas mulheres.

Partindo do ponto de vista da associação entre injustiça cognitiva (Santos, 2010), e, alinhados a essa perspectiva, destacamos a voz das subalternas (Spivack, 2012), sobretudo em

¹ Karlla Christine Araújo Souza. Possui Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba com habilitação em Antropologia (2004), Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba PPGS/UFPB (2006), Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba PPGS/UFPB(2010) e Pós-doutorado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2019). Atualmente é professora adjunta IV da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, e docente permanente do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e Humanas PPGCISH/UERN onde exerce a função de coordenadora. No PPGCISH está vinculada à linha de Pesquisa: Linguagens, Memória e Produção de Saberes. É membro do Grupo de Pesquisa do Pensamento Complexo e do Mythos-Logos: imaginário e parcerias do conhecimento. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia da Cultura, atuando principalmente nos seguintes temas: Saberes Populares e Tradicionais, Poéticas da Oralidade, Memória e Cotidiano. Ensino de Sociologia, Interdisciplinaridade, Transdisciplinaridade, Imaginário, Epistemologias De(s)coloniais e Feminismo De(s)colonial. Contato: karllasouza@uern.br

² Luan Gomes dos Santos de Oliveira. Formado em ciências sociais (UFRN). Mestre em Meio ambiente e desenvolvimento (UFRN), Doutor em Educação (UFRN). Professor da Unidade Acadêmica de Direito da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). UFCG. Contato: luangomessantos@terra.com.br

³ Maria Betânia Ribeiro Torres. Licenciada em Ciências Sociais pela Faculdade Frassinetti do Recife (1989), mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (2003), doutora em ciências sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora adjunta IV da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Faculdade de Ciências Econômicas/Departamento de Gestão Ambiental. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH/UERN). Contato: betaniatorres@uern.br

se tratando de mulheres negras, periféricas e catadoras de materiais recicláveis invisibilizadas socialmente, para balizarmos a argumentação deste trabalho.

Tomamos como referência a pesquisa de Oliveira (2009) intitulada “Educação Ambiental Popular na Associação Comunitária Reciclando para a Vida (ACREVI)/, Mossoró-RN”; a retomada do diálogo na pesquisa antropológica com Josefa Avelino, presidenta da Associação Comunitária Reciclando para a Vida (ACREVI), em Mossoró/RN, no final de 2019; e, os processos de pesquisa e extensão do projeto CNPq/Universal Boas práticas sobre a COVID-19 no Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará: tradução e elaboração de materiais nos territórios. Então, este trabalho delinea sua empiria na pesquisa de campo e entrevistas em profundidade, por um longo e intermitente período de tempo, que se estendeu do ano de 2009 até o ano de 2021.

Na trajetória atual desta pesquisa nos defrontamos com uma pandemia que colocou em risco a vida de todo o planeta. A Covid-19 pôs em evidência um sistema de polícrises que atravessa a política, a economia, a ecologia, a cultura e as lutas antirracistas. Essas facetas de crises promovem a abertura de um espaço de diálogo, agora num plano virtual, de isolamento social por questões sanitárias de combate ao vírus mundial, com a suspensão parcial da economia global.

A coleta seletiva como tal, na escala nacional, também teve suas atividades suspensas por um período no ano de 2020, e retomou suas atividades nesse mesmo ano com a adesão das medidas protocolares de prevenção e cuidados com a Covid-19.

No contexto local, as catadoras de material reciclável da ACREVI são, em sua maioria, mulheres negras, pobres, periféricas que resistem diariamente nas ruas, vivendo das sobras, às sombras do modo de produção capitalista. Ao pensar nessa problemática, objetivamos apresentar as catadoras de lixo como componentes ativos de resistência ao cinismo da reciclagem (Layrargues, 2002). Produzir para reciclar e reciclar para gerar renda. Essas duas lógicas não podem ser lidas como diametralmente opostas, mas, sobretudo, vistas em dialogia, isto é, contrários que se dialetizam no cenário do sistema capitalista.

Assim sendo, o objetivo deste artigo é o de compreender como as aprendizagens subjetivas podem ser transformadas em sociabilidades de autoridade partilhada e motivadora de iniciativas de economia popular e Educação Ambiental (EA) gerenciada pelas mulheres catadoras.

A Associação Comunitária Reciclando para a Vida (ACREVI) foi criada em maio de 1999, por iniciativa de Josefa Avelino, até então ocupando o posto de presidenta. De acordo com a presidente, os trabalhos de coleta seletiva iniciaram através de um projeto voluntário, incentivado por um colega (Cavalcante, 2014), e que buscava recolher materiais recicláveis de

porta em porta para gerar renda às famílias. Atualmente, a ACREVI conta com a associação de 17 famílias que retiram todo seu sustento financeiro do material reciclável recolhido no trabalho coletivo da coleta seletiva. A proteção social das mulheres da ACREVI advém do fato de fazerem parte da associação. Elas realizam “socioeconomias de renda, de coesão, de reposição da memória e da dignidade” (Cunha; Lauris, 2016, p. 174). Fazem parte de outras economias que “resistem melhor às violências, pobreza, desigualdade, apropriação neo-colonial, às relações patriarcais e de exclusão” (Cunha, 2017, p. 107). Nesse sentido, a ACREVI, ao reciclar para a vida, gera uma economia simbólica que, para além da renda e proteção ao meio ambiente, inventa outros meios de dignidade da vida das pessoas.

A ACREVI no Contexto do Município de Mossoró/RN: o ativismo das mulheres catadoras negras

O município de Mossoró localiza-se na região do semiárido Potiguar, Mesorregião do Oeste Potiguar e Microrregião homônima, distante 285 km de Natal, capital do Estado. Possui uma área de 2.110,21 km² (3,96% da superfície do Rio Grande do Norte) e encontra-se inserido na bacia do Rio Apodi-Mossoró, a mais extensa do Rio Grande do Norte, no Oeste Potiguar. Localiza-se entre duas grandes capitais do Nordeste – Natal e Fortaleza, com acesso pelas BRs 110, 304 e 405, além de rodovias intermunicipais (IDEMA⁴, 2008).

A configuração espacial de Mossoró integra ao mesmo tempo uma organização social e econômica, remodelada pelo processo permanente de transformação que impõe a modernidade. Nessa perspectiva, recorremos a Giddens (2002), para quem a modernidade não é só organizações, mas organização – o controle regular das relações sociais, dentro de distâncias espaciais e temporais indeterminadas. Essa configuração espacial, consubstanciada numa economia globalizada, exerce um uso intenso sobre os recursos naturais do município e região (Torres, 2013).

Os impactos ambientais gerados pela relação desequilibrada entre sociedade-natureza promovem desdobramentos dos problemas socioambientais, o que rebate diretamente na qualidade de vida da população que não se reconhece como componente do meio ambiente. Segundo Graf (2005, p. 27), “a questão ambiental é essencialmente pública, sendo esta talvez a menos ‘privatizável’ das questões humanas, posto que trata dos limites que a natureza impõe a nossa liberdade”.

Na última década, o poder público municipal de Mossoró vem institucionalizando novos arranjos legais, técnicos e políticos relacionados à gestão do meio ambiente. É

⁴ Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente

relevante destacar que este fato se corporifica como avanço para a formulação de políticas públicas ambientais. Dentre eles, podemos destacar a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Territorial e Ambiental (SEDETEMA), regulamentada pela Lei n.º 08/2004, de 31 de dezembro. Também foi criada a Gerência Executiva da Gestão Ambiental, bem como o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA), instituído pela Lei n.º 1267/98, responsável por fiscalizar e deliberar assuntos relacionados à questão socioambiental (Oliveira, 2009).

Nesse sentido, é indispensável a relação entre os órgãos ambientais e a sociedade civil organizada para a compreensão da dinâmica do processo político na arena ambiental da cidade de Mossoró. Tavares (2006) nos aponta para refletirmos sobre a noção de desenvolvimento sustentável que, segundo ele, não é apenas uma nova forma de adjetivação, mas implica considerar e assumir novos padrões de desenvolvimento, pautado na racionalidade ambiental e na incorporação daquilo que não é público e não somente estatal, como preconiza a Constituição Federal de 1988.

A ACREVI é uma associação sem fins lucrativos que atua na coleta e reciclagem de lixo há 22 anos, mas vale ressaltar que se depara com limites relacionados à falta de condições estruturais, equipamentos e conhecimentos técnicos. Além disso, é um território vivo atravessado por diversos conflitos de ordens espacial (segregação), racial (descaso com a ACREVI, com as catadoras, mulheres negras, por parte do Poder Público), assim como, de territorialidades decoloniais que giram em oposição ao capitalismo, ao patriarcado e ao racismo estrutural.

O principal objetivo da associação é contribuir com a melhoria da qualidade de vida das pessoas da comunidade Nova Vida por meio de ações socioambientais, fincadas na coleta seletiva, reaproveitamento de alguns materiais recicláveis e comercialização de resíduos sólidos potencialmente recicláveis, gerando emprego e renda e, conseqüentemente, diminuindo o impacto que tais materiais causam ao meio ambiente. Vale ressaltar que seu Estatuto (2002, p. 1) defende alguns objetivos específicos de pertinência para o meio ambiente:

Racionalizar as atividades econômicas, junto a iniciativa pública e privada, desenvolvendo formas de cooperação que ajudem no desenvolvimento da comunidade; contribuir com a organização de movimentos voltados para preservação ambiental, sobretudo no que pertine a coleta e reciclagem de lixo; elaborar, promover e apoiar estratégias e ações inovadoras e comprometidas com o meio ambiente, visando sua aplicação prática em larga escala; contribuir para o estabelecimento de políticas públicas e programa intersetoriais nos níveis federal, estadual e municipal, visando garantir maior melhoramento ao meio ambiente; promover o estabelecimento de intercâmbio, a produção de pesquisas e publicações, bem como a realização de eventos reuniões, círculos de estudos, conferências, debates, cursos, palestras, seminários e outros afins, visando a divulgação de resultados observados nos seus projetos, a troca de

informações e a construção/difusão de conhecimento sobre a reciclagem e proteção ao meio ambiente.

A ACREVI é formada por catadoras e catadores advindos do Lixão Sítio Arisco e Lixão Cajazeiras desativados no município de Mossoró/RN. O início dessa associação foi marcado pela dificuldade em ter equipamentos adequados para a coleta do lixo, realizada, então, com carroça. Atualmente, a atuação dos catadores é com coleta seletiva realizada em vários bairros em caminhões mantidos pela Prefeitura de Mossoró/RN.

Durante a investigação, percebemos nas catadoras a persistência e a esperança, e confirmamos que seus trabalhos se estendem dia após dia e ultrapassa os limites do bairro Nova Vida, chegando a escolas com palestras e apresentações de teatro envolvendo os problemas ambientais locais.

Mas foi no silêncio e, às vezes, na timidez das catadoras/associadas que mergulhamos para entender a história dessa associação, procurando desvendar a importância de ativismos de Educação Ambiental por meio das suas narrativas. A presidenta aborda a origem da associação:

Foi criada em 1999 por mim e por Valdemir, conhecido por Cristo. A gente tinha vontade de fazer um trabalho social na comunidade. E Cristo já tinha um conhecimento na área de Educação Ambiental por trabalhar na Petrobrás. Ele disse: Zefa vamos se juntar e fazer um trabalho de Educação Ambiental envolvendo a comunidade (Josefa Avelino – Presidenta, 2009).

A fala da associada mostra a pertinência deste trabalho, pois uma das motivações para o surgimento da ACREVI foi a necessidade de se trabalhar com a Educação Ambiental. Nesse sentido, vale salientar que a associada compreende a Educação Ambiental como:

[...] eu acho assim que a ideia que eu tenho de Educação Ambiental ela tá inserida em tudo, em toda a nossa a educação eu acho que a prioridade é a Educação Ambiental porque é da terra que a gente tira o feijão, é da terra que a gente tira o arroz, é da terra que a gente tira o café, é desse planeta que a gente sobrevive e porque que a gente primeiro não deve olhar essa educação, porque é através da terra que a gente respira e a gente tem que ter esse cuidado, eu creio assim que a Educação Ambiental é prioridade é saúde também, eu acho que se nós temos um planeta despoluído nós vamos ter saúde. Eu acho que é tudo o próprio homem com a ganância de ganhar dinheiro e a gente sabendo que a gente vai junto, que a ganância não dá só dinheiro, a gente vai junto que vai poluindo e vai matando a gente e vai fazendo tanta coisa, é uma revolução que o homem vai fazendo com a gente, e hoje bota as máquinas pra trabalhar, bota tudo, é o capitalista com a ganância de ganhar dinheiro (Josefa Avelino – Presidenta da ACREVI, 2009).

Em sua narrativa, a presidenta da ACREVI considera a Educação Ambiental uma alternativa para a conservação dos recursos naturais e percebe que a humanidade é dependente da natureza para sobreviver. Há uma relação de reconhecimento enquanto componente do

meio ambiente por parte da associada. Por outro lado, ela reconhece a descartabilidade das mulheres no sistema capitalista, quiçá das mulheres negras e catadoras, o que coopera com uma feminização da pobreza, típica de um paradigma que é fundado na dominação dos homens sobre as mulheres e a natureza.

As lutas socioambientais das mulheres negras catadoras da ACREVI se materializam numa arena de conflitos no campo do poder público municipal. Ao longo de mais de 20 anos, as mulheres da ACREVI disputam o espaço da coletividade da cidade, empoderando-se, o que nos permite compreender essa resistência como uma expressão política dos feminismos populares (Svampa, 2019, p. 92-93). Nas palavras dessa autora, trata-se de

[...] vozes pessoais e, ao mesmo tempo, coletivas, cuja escuta atenta nos situa de maneira progressiva em diferentes níveis de pensamento e ação, já que, por trás da denúncia e do testemunho, não é só possível ver a luta concreta e consensual das mulheres nos territórios como há uma forte identificação com a terra e seus ciclos vitais de reprodução, ao mesmo tempo dessacralizando o mito do desenvolvimento e conduzindo à construção de uma relação diferente com a natureza. Em um vaivém entre público e privado, assoma a reivindicação de uma voz livre, honesta, “uma voz própria” que questiona o patriarcado em todas as dimensões e busca recolocar a ética do cuidado em um lugar central e libertador, associado de modo indiscutível à condição humana.

Nesse contexto, as mulheres negras da ACREVI estão descobrindo ao longo desses anos a potência de sua voz na disputa por espaços de participação da construção de políticas públicas na cidade. Há uma consciência política nessas mulheres a partir de seu reconhecimento enquanto negras, periféricas. Essa consciência não se dá só do ponto de vista individual, das identidades, mas vai além, conferindo o significado da necessidade de engajamento e de lutas por direitos sociais. Isso significa que a visibilidade da ACREVI em Mossoró, deve-se às vozes dessas mulheres negras que protagonizam cotidianamente “identidades criadas para empoderá--las” (Collins, 2019, p. 272).

Assim, quando Josefa Avelino, catadora da ACREVI, se reconhece enquanto mulher e negra, denuncia abertamente a precarização do trabalho nas ruas, o desprezo por parte do Estado que não as reconhece como agentes de Educação Ambiental, uma atividade que coopera com a defesa da ecologia e com a luta anticapitalista e antirracista. Ano após ano, as ações coletivas da ACREVI e suas mulheres negras se expandiram no processo de coleta seletiva do lixo, porém assumir o protagonismo da coleta é o desafio dessas catadoras. Em tempos de pandemia, os desafios aumentaram, desde a luta por reconhecimento, como por acesso a direitos básicos de saúde, de assistência social e saneamento básico. Há muitas histórias para contar que construíram o universo das lutas das mulheres negras catadoras, tal como iremos conhecer a seguir.

Josefa Avelino (Zefa), Autodeterminação e Protagonismo feminino

Sobrevivente do lixão em Mossoró, filha de camponeses, irmã de dezessete filhos de seus pais, migrante forçada para a zona urbana, negra, mãe de três filhas, fala por si, como começou a vivenciar o senso de partilha e participação enquanto pertencente a um coletivo (FIGURA 1).

Eu sou uma pessoa filha de agricultor, que morou na zona rural. Lá em casa são 18 filhos porque quando minha mãe casou com meu pai ele já era viúvo e ela criou os filhos dele. Nós *se criamos* juntos. A gente gosta muito de todos, somos unidos, graças a Deus, né, que papai sempre ensinou mesmo sem ter uma faculdade nenhuma, mas a gente graças a Deus vivia bem. E assim, para mim foi uma vida assim de criança algumas coisas a gente tinha direito de brincar, mas outras coisas quem mora na zona rural já sabe (Josefa Avelino – Presidenta da ACREVI, 2021).

Figura 1: Josefa Avelino, plantadora de sonhos



Fonte: Arquivo de Josefa Avelino, [200-].

Na experiência rural como pertencente a uma família numerosa, Josefa vai adquirindo um repertório de saberes que vem se somar a sua atuação de idealizadora de um coletivo de catadoras, aliada ainda a sua luta por sobrevivência econômica e social.

No início, Josefa conta que foi descreditada pelos homens e que recorreu a outras mulheres, porque suas condições de subalternas, desempregadas, esposas, mães, foram impelidas às posições de intervenção criativa e colaborativa, à procura pelo seu bem-estar e dos seus filhos:

Por que eu acho que é a fraqueza dos homens, porque a gente foi atrás deles, eles diziam eu vou fazer isso, vou fazer aquilo, mas jamais na minha vida eu esperei por ninguém. Eu sei que é o caminho certo, caminho certo a gente não abandonar o desafio na vida né. Eu criei minhas filha tudinho, todas três, trabalhando nas casas que quando eu comecei isso aqui na ACREVI, eu não tinha condições de enfrentar, nenhum homem acreditava. Outras acreditavam, aí eu levei para o lado das mulheres e começou a juntar mulheres que confiava no trabalho umas ajudando as outras. Mas eu não sou de sair né, e hoje eu me sinto muito feliz

porque tem muita gente que passou por aqui né, passou por aqui ajudar contribuiu com ACREVI, não só mulher mais outras e outras pessoas e para mim foi importante e assim hoje eu vejo que nós mulher nós tem que mudar nosso comportamento para ter uma qualidade de vida (Josefa Avelino – Presidenta da ACREVI, 2021).

Na produção de sua subjetividade, Zefa não delega a ninguém o poder de determinação sobre sua vida, não transfere seu poder ao marido ou aos governantes, ela resguarda para si seu poder de autodeterminação (Cunha; Lauris, 2016).

As outras mulheres e homens envolvidos na ACREVI reconhecem em Josefa plenos saberes para gerir colaborativamente os problemas e soluções que foram surgindo desde o início da associação. Josefa fala tanto dentro da ACREVI, quanto fora. Além de residir na sede e gerir o trabalho, ela também divulga a associação, participa de debates públicos, faz cursos e viagens de formação cidadã, dialoga com as universidades (FIGURA 2) e a opinião pública, a sociedade civil, as empresas e com o poder público, dá aulas de Educação Ambiental (FIGURA 3), atuando em várias esferas que comprovam sua liderança no trabalho e a autodeterminação coletiva.

Figura 2 – Josefa apresentando-se na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)



Fonte: Arquivo de Josefa Avelino, [201-].

De acordo com Santos (2010), Cunha e Lauris (2016), Zefa atua diretamente nos princípios que questionam a funcionalidade econômica neoliberal e a injustiça epistêmica, a saber, o poder como autoridade coletiva compartilhada, a autodeterminação como experiência coletiva e a dignidade como copresença.

Figura 3 – Josefa dando aulas de Educação Ambiental



Fonte: Arquivo de Josefa Avelino, [201-].

Outro aspecto desta autodeterminação está na identificação das repressões patriarcais:

O patriarcado conjuga bem todos estes elementos e manifesta-se em todas as escalas do exercício do trabalho e da produção. De forma mais contundente ou mais subtil, o poder da autodeterminação coletiva inaugura resistências explícitas que, quando narradas pelas suas autoras, mostram a complexidade e o aparato necessário à criação de alternativas (Cunha; Lauris, 2016, p. 168).

O primeiro obstáculo para a ação de Josefa veio da sua relação com o marido, que mesmo trabalhando com ela, não favorece seus empreendimentos econômicos e associativos:

Minha vida é longa, meu casamento não essas coisas. Hoje eu acho que mesmo eu tendo consciência vivo no casamento, porque eu vivo né. Eu para me respeitar eu começo respeitando-o, mas ele me respeita não tão bem. Hoje fora o meu casamento ele tem outros, ele foi de casado né, então assim às vezes eu discordo. Eu já sei mais do meu papel como mulher como esposa e com mãe e assim mesmo assim a gente ainda passa por muita coisa, eu mesmo com todo conhecimento, que você seja politizada como mulher mas sempre a gente tem um preço para pagar. Me casei, mas é assim, é muito difícil trabalhar com marido e mulher no local. Só eu às vezes aguento coisas que eu faço de conta que não escuto (Josefa Avelino – Presidenta da ACREVI, 2021).

De certo modo, o enfrentamento do patriarcado passa também pela confrontação entre o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo (Federici, 2019), sendo o trabalho reprodutivo entendido como trabalho de mulher, trabalho doméstico de manutenção das atividades do lar e de cuidado com os filhos. A denúncia dessa confrontação, feita por Federici (2019, 2021), permite rejeitar essa separação e compreender como o capitalismo torna todas as relações sociais em relações de produção em função das necessidades de acumulação do capital. As

mulheres da ACREVI demonstram como a reconstituição da lógica do capital e do trabalho é um meio de reconstituição da própria vida.

Quando conhecemos a história de vida de Josefa, percebemos que ela se cruza e encarna a história das demais mulheres da associação, sendo ela aquela que reúne todas, acolhe, convoca e medeia a solidarização. Ouvindo Josefa e as mulheres da ACREVI, constatamos que todas elas são vítimas da colonialidade de poder pela intersecção de marcadores sociais, tais como raça, classe, gênero e sexualidade.

Para Lugones (2008), há duas principais violências que incidem sobre as mulheres de cor: a colonialidade de poder e a colonialidade de gênero, no geral, exercida pelos homens, mesmo aqueles que são inferiorizados pelo capitalismo global, homens negros. A indiferença desses homens perante as mulheres negras é a reprodução da violência de que eles mesmos são vítimas por meio da violência exercida pelo Estado e pelo patriarcado branco. Lugones (2008) exalta o movimento feito por mulheres de cor nos Estados Unidos e afirma a importância da referencialidade num movimento organizado pela interseccionalidade das lutas de raça, classe e gênero. Feição esta que também tem acompanhado os movimentos feministas terceiro mundistas ou feminismo do Sul. Tal movimento será chamado por Yuderkys Espinosa-Miñoso (2014) de movimento antirracista e descolonial.

Collins (2019) afirma que o pensamento feminista negro estadunidense foi assentado nas bases da supressão política, porém, com relevo na experiência de mulheres que apesar da supressão, conseguiram desenvolver um trabalho intelectual transnacional e transracal. Tal compreensão é fulcral para

[...] identificarmos como o pensamento feminista negro nos Estados Unidos – seus temas centrais, sua importância epistemológica e suas conexões com a prática feminista negra nacional e transnacional – está fundamentalmente inscrito em um contexto político que desafia o próprio direito de existência dessas ideias (Collins, 2019, p. 7).

A especificidade da teoria social que surge desse contexto está baseada nas experiências das mulheres negras intelectuais e dos movimentos feministas que se reúnem pela força da opressão. O empoderamento e a *emancipação* vividos por essas mulheres convergem na experiência comum de sobreviver, de “encontrar maneiras de escapar” e “sobreviver na e/ou se opor à injustiça social” (Collins, 2019, p. 8).

Para Santos (2007), a luta pela justiça social dessas mulheres passa pela compreensão de uma injustiça cognitiva, uma injustiça social provocada globalmente, e que requer a formação de um pensamento baseado na ecologia dos saberes, no pensamento pós-abissal e na confluência das experiências das epistemologias do Sul. O pensamento pós-abissal detecta que o pensamento abissal move-se pela divisão entre linhas, sendo um lado da linha “o

existente”, que produz a não-existência do outro lado da linha. A produção da não-existência significa: “não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível” (Santos, 2007, p. 4).

Para a historiadora Beatriz Nascimento (1985), o quilombo é um conceito que tem uma história e uma atualidade e pode demarcar o lugar dessas mulheres. Falar de quilombo hoje é o mesmo que falar das territorialidades simbólicas negras, é o mesmo que falar dos territórios negros que estão pelos arredores da cidade, o espaço livre para criatividade das pessoas negras. É um lugar de organização, ainda que a condição seja a margem. Para além de um território, o quilombo é uma condição social fundamental para a resistência.

Costa, Dimenstey e Leite (2019) reforçam que as principais lutas contemporâneas se dão na cidade, uma vez que a maior parte da população mundial se encontra nela e assim as principais questões relacionadas aos aspectos ambientais e às crises econômica, política e social dela derivam. Portanto, o feminismo precisa se adaptar a essas novas demandas e inventar projetos de transformação social na cidade, de onde surge o ecofeminismo. Segundo os autores, no ecofeminismo as estratégias de luta e mobilização política estão articuladas a partir do protagonismo de mulheres. Essas mulheres possuem narrativas às quais estão relacionadas ao seu direito à vida e constituem “um vetor de subjetivação estruturador de novos modos de sentir e viver” (Costa; Dimenstey; Leite, 2019, p. 72).

Ao responder à pergunta, *Pode o Subalterno Falar?* (Spivack, 2012), Josefa assevera que sim. Como vimos nas três figuras anteriores, Josefa tomou o lugar de porta-voz da Educação Ambiental na cidade e da divulgação do trabalho ecológico dessas mulheres. De modo que, atravessou sem pedir licença o ponto de vista do subalterno, como espaço territorial demarcado para colonização das pessoas, atravessado pelos interesses internacionais, principalmente as mulheres pobres excluídas dos centros letrados, construindo o espaço para narrar a si, contar sua própria história e das mulheres em sua volta, subvertendo a visão formada dos sujeitos coloniais e construindo seu próprio discurso.

Em seguida, ouviremos Sandra e Rita, além de Josefa Avelino. Conheceremos o ponto de vista da Educação Ambiental praticado por mulheres negras, enquanto modo de transgressão praticado por mulheres negras no mundo dos brancos (Hooks, 2013) e fundamentada na educação como prática para a liberdade (Freire, 1967).

A ACREVI, as Mulheres e a Educação Transgressora

No cenário atual, marcado pelo agravamento da questão social, reforçado pelo ideário neoliberal, consideramos pertinente tornar mais visível a problemática das catadoras da

ACREVI, as quais na maioria das vezes “sobrevivem” do lixo. Desta forma, corroboramos com Zaneti (1997) ao afirmar que para além do lixo, há uma catadora mal incluída economicamente que sobrevive das sobras e que inúmeras vezes não é reconhecida como cidadã de direitos.

A problemática dos resíduos sólidos não trata somente de um problema de origem técnica, para Zaneti (2003, p. 20), “é na realidade o resultado de uma sociedade de consumo, que gera não apenas o rejeito material, como também o social. Como é o caso das pessoas que se alimentam e vivem do resto e das sobras daqueles que consomem e descartam o que se considera inútil.”

Antes de adentrarmos nas falas das associadas da ACREVI, vamos abordar a problemática dos resíduos sólidos e sua relação de interdependência com as catadoras, visando uma leitura mais integrada da realidade social, bem como sinalizaremos como a Educação Ambiental pode ser inserida no debate.

No cenário socioambiental, a questão do lixo tem sido abordada como um dos problemas ambientais mais graves. E, segundo alguns ambientalistas, como Layrargues (2002), tem havido um reducionismo da problemática ambiental ao lixo. De acordo com esse autor, isso pode ser explicado por um fator ideológico que tem sua raiz na lógica da produção capitalista, onde visa--se mais a reciclagem ou o reaproveitamento do lixo como condição indispensável para a obtenção do lucro. Segundo Zaneti (2003, p. 46):

A questão dos resíduos é hoje uma das maiores preocupações e a maior rubrica de despesas das administrações municipais. Soluções técnicas isoladas resolvem parcialmente o problema, já que na medida em que o tempo decorre, observa-se que a quantidade e a complexidade dos resíduos vêm crescendo transformando-se em grave ameaça ao meio ambiente.

Também salientamos que tais processos que são engendrados pela pedagogia dos 3R's: Reduzir, Reutilizar e Reciclar podem contribuir com a gestão dos resíduos sólidos, mas para isso dever-se-ia priorizar a redução do lixo para uma gestão adequada dos resíduos sólidos, pois:

No que diz respeito à Pedagogia dos 3R's, o discurso ecológico alternativo advoga uma sequência lógica a ser seguida: a redução do consumo deve ser priorizada sobre a reutilização e reciclagem; e depois da redução do consumo, a reutilização deve ser priorizada sobre a reciclagem, conforme salienta o texto do Tratado sobre Consumo e Estilo de Vida (Layrargues, 2002, p. 185).

Dessa forma, entendemos que a sociedade contemporânea está impregnada de valores consumistas, o que nos leva a crer que a redução do lixo se dará a duras penas, tendo como um dos caminhos a reversão dos valores culturais para a formação de uma ética ambiental.

Sabemos que esta não é uma tarefa tão fácil, pois não depende somente da vontade dos ambientalistas, ecologistas ou até mesmo da leitura de obras científicas, mas sobretudo de uma internalização de valores que respeitem o outro enquanto ser que tem direito à vida. Zaneti (2006) denomina esse processo como a perda das raízes, essa busca por encontrar felicidade no ato de consumir. O ter passa a sobrepor ao ser nas diversas relações que temos em nosso cotidiano, enquanto que uma grande parcela da mesma população sobrevive do que resta, do que é jogado fora pela parcela que compreende o dever de consumir como consequência do contexto atual.

Encontramos, então, com o universo das catadoras, em que cada uma, dada a sua localidade, vive em um contexto de segregação, exclusão e para sobreviver vão em busca do lixo. Entendemos que a problemática do lixo está intimamente ligada à vida das catadoras, pois elas ressignificam o lixo e lhe atribuem um sentido subjetivo de independência para a vida. Nós podemos vivenciar essa realidade na fala de uma associada durante uma das nossas visitas à Associação Comunitária Reciclando para a Vida:

Cheguei para pegar o material da coleta em uma casa do bairro e chegando lá perguntei se tinha material, ela gritou pra alguma pessoa e disse para pegar o lixo e aí eu falei, não é lixo senhora, é luxo para nós. Para nós é o que dá o nosso sustento (Diário de pesquisa, Rita, 2009).

Sendo assim, é relevante afirmar que se gestam várias representações simbólicas em torno do lixo. Mas o lixo pode ser entendido como aquilo que pode ser reaproveitado como resíduo sólido. Logo, passa a ser compreendido como resíduo, mais que isso, a ideia de inutilidade do lixo é ressignificada, o lixo pode ser transformado e transformar vidas.

O Instituto Virtual de Educação para Reciclagem diz que a produção diária de lixo no Brasil é em média de 241.614 toneladas, e a composição média do lixo domiciliar é assim distribuída: 65% de matéria orgânica, 25% de papel, 4% de metal, 3% de vidro e 3% de plástico. Em um estudo realizado por Layrargues (2002) foi identificado o crescimento da reciclagem das latas de alumínio pelo fato delas terem um valor de retorno para o mercado consumidor. No Brasil, a visão reducionista da questão ambiental do lixo é revelada no investimento das coletas seletivas, porém “em detrimento de uma reflexão crítica e abrangente a respeito dos valores culturais da sociedade de consumo, do consumismo, do industrialismo, do modo de produção capitalista e dos aspectos políticos e econômicos da questão do lixo” (Layrargues, 2002, p. 180).

Não queremos afirmar que a coleta seletiva não é necessária à recuperação de um ambiente saudável, mas é preciso que ela seja ampliada para a sociedade, pois esta também deve ser responsável pelo lixo que produz, assim como informada para onde vai o seu lixo e o

que vai ser feito dele. “Além disso, a questão do lixo, nas suas variadas facetas, ainda não se tornou objeto de demanda social específica pela criação de políticas públicas, a exemplo das lutas socioambientais consolidadas em alguns movimentos sociais” (Layrargues, 2002, p. 181).

O Brasil vem adotando providências no campo jurídico, aprovando a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) instituída pela Lei n.º 12.305/2010 que dispõe sobre o gerenciamento adequado dos resíduos sólidos, assim como inclui os catadores como cidadãos de direitos, protegendo juridicamente e assegurando as suas necessidades. Essa lei foi um avanço no âmbito de garantir os direitos dos catadores e fruto das reivindicações do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), aliado a outros segmentos sociais.

Como podemos ver as iniciativas de redução do lixo têm fracassado, pois elas não têm priorizado o cuidado com o meio ambiente, e sim a utilização desmedida deste sem responsabilidade e sustentabilidade. Para muitos, as catadoras formam um segmento social que luta pela sobrevivência diante das dificuldades de acesso ao mercado capitalista.

As catadoras possuem uma identidade com o lixo que permite a própria reciclar-se, bem como possibilita as mesmas uma maior criticidade diante das desigualdades geradas pelas relações capitalistas. A catadora Zefa afirma:

A gente já conseguiu muita coisa, pelo menos a consciência das pessoas, com diálogo, a caminhada de pé no chão, de estar ali conscientizando através de jornal, buscando conhecimento nos encontros que vamos, aonde a gente fala da importância da reciclagem, da coleta seletiva (Josefa Avelino – Presidenta da ACREVI, 2009).

Vemos que as palavras da presidenta expressam um saber de experiência que se encontra no diálogo, este indispensável para a criatividade, o que nos impulsiona para o contato com o outro e com a realidade complexa.

Por outro lado, percebemos que na literatura especializada, teóricos como Burstyn (1997) apontam o catador como explorado do sistema que vive das sobras e se submete a um ambiente de trabalho impróprio para a sua saúde. Ainda sofrem com o estigma de serem chamados de lixeiros, que vivem na sujeira, como expressa a associada: “E aí eu comecei envolvendo os meus vizinhos, e aí começaram a dizer, mas Zefa vão encher de lixo na sua casa, e aí a gente começou o trabalho, chegou o tempo que Cristo foi embora e eu dei a continuidade no trabalho” (Josefa Avelino – Presidenta da ACREVI, 2021).

A identidade social da catadora é ferida nesse processo de busca pela sobrevivência, resultado da opressão dos que não se adequam ao padrão capitalista neoliberal. Referendamo-

nos em Nóbrega (2006, p. 31) que realizou um estudo sobre a formação da identidade filosófica dos catadores, vejamos:

Na construção da identidade dos catadores há um processo inverso e mais complexo: sua identidade é um conflito entre a individualidade (sobrevivência individual) e o não enquadramento nos padrões sociais, visto que as atividades relacionadas ao lixo não são o “sonho de consumo” das famílias para seus “entes queridos”. Observa-se, no entanto que é típico do trabalho no lixão essa aura de desânimo, falta de perspectiva e essa auto-identificação “coisificada”.

Reconhecemos que é pertinente o que a autora afirma para compreendermos a vida árdua e difícil das catadoras no Brasil. Estudos recentes sobre esse tema, tais como os de Burstyn (2002) e Zaneti (2003) revelaram que a imagem social das catadoras é de excluídas pela própria condição em que vivem, a última alternativa para elas seria o lixo. Porém, ao analisarem com mais cuidado a cadeia produtiva, puderam perceber que não podiam mais considerar a catadora como excluída, pois elas se incluem em uma ponta extremamente precária da cadeia produtiva dos resíduos.

Portanto, a catadora brasileira é mal incluída por não ter acesso aos direitos, devido não serem percebidas enquanto trabalhadoras, conforme a Constituição em vigor. Além disso, porque trabalham no processo de coleta de materiais insalubres e de forma irregular, expondo-se ao sol, sujeitando-se a inúmeras doenças e sendo vistas de forma pejorativa pela sociedade. Podemos ver isso na fala da associada da ACREVI: “Precisamos de luvas, máscaras e protetor solar, o trabalho é muito duro e podemos ficar doente” (Diário de Pesquisa, Lourdes, 2009).

Sauvé (2005), pesquisadora consagrada na área de fundamentos da Educação Ambiental, explica que há vários olhares que lançamos sobre o meio ambiente e que conferem a Educação Ambiental um significado teórico-filosófico. Podemos ver isso no discurso da presidenta da ACREVI, o qual revela uma ideia muito forte de ver a natureza como recurso. Também identificamos uma dimensão política, em que a associada critica a lógica do capital, pois essa tem sido a ideologia social que tem fundamentado as relações sociais contemporâneas.

As concepções de Educação Ambiental estão articuladas à vida das catadoras, ao cotidiano delas, elas vivem a Educação Ambiental quando se deparam com a dificuldade de sensibilizar a população para colaborar com a coleta seletiva. Quanto a isso, a associada Rita nos fala “[...] a população de Mossoró/RN deveria colaborar mais com a coleta, botar o lixo pra fora, o trabalho é só nosso” (Diário de pesquisa, Rita, 2009).

Quando questionamos duas associadas sobre a compreensão da Educação Ambiental elas revelam: “Educação Ambiental é poder limpar o meio ambiente” (Diário de Pesquisa,

Rita, 2009); “Eu acho que a Educação Ambiental é um ponto de se ter renda, poder limpar a natureza, as ruas e as praias” (Diário de pesquisa, Edilsa, 2009).

Aqui, identificamos uma concepção voltada para a preservação do meio ambiente, que para Sauvé (2005) significa ver a natureza como algo puro, original que deve ser respeitada. Atentamos que dentro dessa sociabilidade a rela o sociedade/natureza   mediada pelo conflito, em que a humanidade tem exercido um poder descontrolado sobre a natureza para a obten o de grandes lucros.

Por outro lado, a Educa o Ambiental   vista como um meio de gerar renda pelo processo da sensibiliza o da comunidade, como parte do meio ambiente. Isso também vai ao encontro da articula o que a ACREVI vem fazendo com as manifesta es sociais em prol de uma sociedade mais justa, assim como fragiliza a ideia de Educa o Ambiental Popular, crítica, pois ela acaba sendo usada para reproduzir a ideologia social capitalista. Conforme nos expõe Layrargues (2003), a Educa o Ambiental vive um certo dualismo, entre as posturas crítica e conservadora. Josefa referindo-se a esse conflito, expressa-se:

[...] O dinheiro não   tudo   o que tenho falado para os catadores da ACREVI,   preciso aliar o dinheiro ao conhecimento, pois o conhecimento pode transformar mais que o dinheiro (Diário da pesquisa, Josefa Avelino, 2009).

A associada aponta a necessidade de forma o dos catadores e não só ganhar dinheiro, o que nos leva a pensar no sentido da constru o de um conhecimento pertinente, de um conhecimento vivido, como afirmam Morin (2001) e Freire (1999), ou um conhecimento prudente para uma vida descente, como defende Santos (2008).

Quando questionada sobre o que   a Educa o Ambiental, a associada Maria nos diz: “[...]   a gente aprender a ser educado com o meio ambiente, tirar a sujeira do meio das ruas (Diário de pesquisa, Maria, 2009)”.

A visão predominante entre as catadoras associadas acerca da Educa o Ambiental   de v -la como uma ferramenta para acabar com o lixo, através da sensibiliza o. Sabemos que a EA vai muito além disso, dado o seu universo consolidado enquanto política pública e que somente a Educa o Ambiental não será capaz de erradicar o problema dos resíduos sólidos. Porém, acreditamos que essas opiniões estão marcadas pelas experiências cotidianas e que, portanto, as associadas falam daquilo que vivem. “Partimos do ponto em que a associa o assume um papel sócioeconômico-cultural frente aos catadores, despertando-os para o seu envolvimento e interven o na realidade sócio-ambiental de suas comunidades” (Sposati, 1998, p. 3).

A organiza o por meio das associa es revela realidades que se cruzam por situa es próprias da vida. Na ACREVI, a maioria se inseriu como possibilidade de *emancipa o*

socioeconômica: “[...] quando entrei na ACREVI, só cuidava da casa, então como precisava cuidar dos meus filhos, encontrei trabalho lá, gosto do que faço lá, to aprendendo a fazer outras coisas, cuidar do meio ambiente” (Diário de Pesquisa, Rita, 2009); “[...] desde que fiquei viúva não tinha nada pra fazer, era muito triste, sozinha dentro de casa, aí fui convidada pra trabalhar aqui na ACREVI, é muito trabalho, mas é bom, aqui a gente é útil” (Diário de pesquisa, Sandra, 2009).

As associações de catadores ou cooperativas vêm assumindo o espaço sociopolítico, politizando assim as suas práticas e lhes aparelhando para uma intervenção socioambiental. Tal fato pode ser vislumbrado quando perguntamos se a Educação Ambiental, como práxis ambiental, poderia melhorar as suas atividades: “[...] a Educação Ambiental pode melhorar sim as atividades da gente, ela é divulgação pra mostrar as pessoas que precisam aprender a cuidar mais do meio ambiente. Ajuda a gente a buscar mais patrocínios, pra gerar mais renda” (Diário de pesquisa, Lúcia, 2009).

Nesse sentido, é importante ressaltar que a EA é necessária para a melhoria da qualidade de vida das pessoas da ACREVI, assim como, pode potencializar os seus conhecimentos e ações. Identificamos isso na seguinte fala:

Com certeza, o conhecimento é muito interessante. É como eu disse tem a prática, mas é preciso a parte teórica, né, isso é muito importante. Eu queria que elas fossem como eu, porque tudo a gente consegue, com o conhecimento. As vezes a gente corre atrás mais de dinheiro, mas eu digo vá primeiro atrás do conhecimento que tudo vem com ele. Eu vejo mudança na vida dos associados, a gente discute coisas que não se discutia antes. O próprio preconceito que a gente enfrentou, mas muitas entenderam que isso é um trabalho digno. Temos muita coisa hoje (Josefa Avelino – Presidenta da ACREVI, 2009).

Dessa forma, a Associação Comunitária tem dado muitos passos em busca da sustentabilidade social local, claro que muitos problemas são enfrentados todos os dias pelas catadoras que lutam pela sobrevivência, mas esses problemas devem ser utilizados para analisar as suas próprias práticas. Torna-se imprescindível reafirmar a relevância da Educação Ambiental nas atividades da ACREVI, pois ela é uma esperança que alimenta os sonhos por um mundo mais saudável e mais justo.

Diante dos discursos já analisados: “Destacamos a diversidade social dentro deste espaço delimitado, a associação, histórias de vida e formação diferentes, perspectivas de futuro e graus de conformidade idem, e também a organização participativa como um princípio norteador das atividades do grupo” (Nóbrega, 2006, p. 31).

É surpreendente a diversidade de histórias de cada associada e de seu contato com o lixo, muitas delas afirmam que depois que foram para a ACREVI redescobriram a importância do planeta e a trabalhar de forma coletiva, o que é grande desafio para cada ser

humano, pois desaloja o egoísmo das nossas relações e sendo usada de modo transgressor, porém construtivo, comprova que qualquer mulher negra é capaz de criar “uma comunidade aberta de aprendizado” (Hooks, 2013, p.18).

Considerações finais

A crítica aqui exposta questiona a relação entre o capitalismo global e o Estado-Nação, numa perspectiva macrológica da economia e do poder, a fim de compreender as experiências errantes dos sujeitos e como as perspectivas micrológicas podem atuar para ampliar o repertório de direitos econômicos e sociais e na previsão de políticas públicas assentadas, sobretudo, na condição das mulheres.

O argumento deste trabalho baseou-se na iniciativa de mulheres catadoras na cidade de Mossoró/RN. Trazer à tona suas subjetividades tem a intenção de contribuir para ampliar as aprendizagens que se convergem para a defesa da vida em abundância. Destacar as narrativas dessas mulheres constitui um exercício feminista de crítica pós-colonial e permitiu uma ruptura epistemológica calcada na subjetividade de mulheres que, apesar da violência que sofrem, criam caminhos para *emancipação* de pessoas subjugadas e alternativas às injustiças sociais.

As principais características do protagonismo dessas mulheres se conjugam no respeito igual à humanidade, na autodeterminação feminina e enquanto força coletiva, na organização do trabalho como organização política da família, na recusa aos mecanismos sutis e não sutis de dominação patriarcal e na criação de soluções à lógica de exclusão econômica imposta pelo capitalismo.

Nessa esteira micrológica, acreditamos fazer ver como a ação subjetiva de mulheres pode engendrar novas estratégias políticas em que a questão da produtividade está relacionada à outra lógica de economia da vida, em que a *associação dos comuns* (Federici, 2019), a autodeterminação coletiva e as formas de sociabilidade associativa prevalecem frente ao mundo que cada vez mais se precariza.

As breves descrições trazidas neste artigo apresentam uma pedagogia de mulheres que insistem para que todas elas sejam reconhecidas, a perseverança nas práticas pedagógicas para mulheres, crianças e sociedade e o reconhecimento de que todos os associados contribuem são lições que criam um espaço comunitário e nos ensinam epistemologias subalternas e ações da pedagogia da transgressão como prática da liberdade.

Na linha de pensamento do feminismo do Sul e da interseccionalidade, encontramos, neste trabalho, o lugar da interconexão entre os movimentos que articulam a luta de mulheres

com as lutas ambientais e compreendem que a dominação de mulheres também incorpora a dominação sobre a natureza e o meio ambiente. É importante observar que a ACREVI, além de todas as lutas subjetivas e econômicas que encampa, consegue articular o movimento de mulheres em favor da *emancipação* e à causa ambiental e ecológica. Os vários assuntos que compõem a condição das mulheres correm entre as associadas e essa responsabilidade é proporcional com a autodeterminação, produzindo novos territórios existenciais no campo da educação ambiental e ativista.

Referências

BURSTYN, Marcel (org.). *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

BURSTYN, Marcel. *Da utopia à exclusão: vivendo nas ruas em Brasília*. Rio de Janeiro: Garamond, 1997.

CAVALCANTE, Laiana Monaliza Santos. *Caracterização do processo de coleta seletiva realizada pelas associações de catadores de materiais recicláveis, Mossoró-RN*. Monografia (Bacharelado em Gestão Ambiental) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Mossoró, 2014.

COSTA, Maria da Graça; DIMENSTEIN, Magda; LEITE, Jáder Ferreira. “Feminismos e agroecologia: lutas contemporâneas na cidade”. In: BOSI, Maria Lúcia Magalhães; PRADO, Shirley Donizete; AMPARO-SANTOS, Ligia (org.). *Cidade, corpo e alimentação: aproximações interdisciplinares* [online]. Salvador: EDUFBA, 2019, pp. 69-97. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786556300108.0005>. Acesso em: 25 set. 2021.

CUNHA, Teresa. “Todo o trabalho é produtivo: economias de abundância e da sobriedade”. In: GONZÁLES, Xoán Hermida (coord.). *[Re] Pensar a Democracia*. Compostela: Obencomún, 2017, pp. 101-134.

CUNHA, Teresa; LAURIS, Élide. “À procura de um outro constitucionalismo económico: construindo a cidadania a partir de iniciativas de economia solidária e popular lideradas por mulheres do Sul”. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 18, n. 43, pp. 150-175, set/dez. 2016.

COLLINS, Patrícia Hill. “Pensamento feminista negro: o poder da autodefinição”. In: *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Organização Heloisa Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução: Coletivo Sycorác, São Paulo: Elefante, 2004.

FEDERICI, Silvia. *O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019.

FREIRE, Paulo. *Educação como Prática da Liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 1967.

GRAF, Roberta. *Política Ambiental Transversal: uma experiência Amazônia brasileira*. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2005.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE. *Perfil do Município*: Ano 2008. Disponível em: <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/idema/DOC/DOC000000000013950.PDF>. Acesso em: 28 set. 2021.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. *A natureza da ideologia e a ideologia da natureza: elementos para uma sociologia da educação ambiental*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Campinas. Campinas, 2003.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. “O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental”. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo *et al.* *Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania*. 2 ed. São Paulo: Cortez, pp. 1-23, 2002.

LUGONES, María. *Colonialidad y Genero*. Revista Tabula Rasa, Bogotá, n. 9, pp. 57-73, jul/dez. 2008.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. “O conceito de quilombo e a resistência cultural negra”. *Afrodíaspóra: Revista do mundo negro*, ano 3, n. 6-7, pp. 273-294, abr/dez. 1985.

NÓBREGA, Maria Luciana da Silva. *Catadores: uma análise filosófica sobre a construção da identidade social*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Mossoró, 2006.

OLIVEIRA, Luan Gomes dos Santos de. *A educação ambiental popular na associação comunitária reciclando para a vida (ACREVI)*. Monografia (Bacharel em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Mossoró, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Semear Outras Soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. “Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, pp. 3-46, out. 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o Subalterno Falar?* Belo Horizonte: Editora IFMG, 2012.

SAUVÉ, Lucie. *Uma cartografia das correntes em educação ambiental*. Porto alegre: Artmed, 2005.

SVAMPA, Maristella. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. Tradução de Lígia Azevedo. São Paulo: Elefante, 2019.

SHIVA, Vandana. *As mulheres e a construção do novo mundo*. Filme. Fronteiras do pensamento, 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XcKx-uE4xrw>. Acesso em: 26 set. 2021.

TORRES, Maria Betânia Ribeiro. *As cidades, os rios e as escolas: um estudo das práticas de educação ambiental nas cidades de Natal e Mossoró-RN*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2013.

YUDERKYS, Espinosa-Miñoso. “Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica”. *El Cotidiano*, n. 184, pp. 7-12, marzo/abril, 2014.

ZANETI, Izabel Cristina Bruno Bacelar. *Além do Lixo-Reciclar: um processo de transformação*. Brasília: Terra Una, 1997.

ZANETI, Izabel Cristina Bruno Bacelar. *Educação Ambiental, Resíduos Sólidos Urbanos e Sustentabilidade: um estudo de caso sobre o sistema de gestão de Porto Alegre-RS*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília. Brasília, 2003.

ZANETI, Izabel Cristina Bruno Bacelar. *As sobras da modernidade*. Porto Alegre: Corag, 2006.

Feminismo Comunitário do Sul: lutas, territórios e res-existências das catadoras de lixo no município de Mossoró/RN/Brasil

Resumo

Este artigo discorre sobre as principais lutas das catadoras de materiais recicláveis no âmbito da cidade de Mossoró/RN, expondo desde uma base teórico-epistemológica de ordem feminista negra e comunitária, ecofeminismo, feminismo decolonial, no contexto das rupturas paradigmáticas do pensamento do Sul. A ancoragem metodológica partiu do ponto de vista da injustiça cognitiva e social (Santos, 2010), e da voz das subalternas (Spivack, 2012), de onde realizamos pesquisa de campo e entrevistas em profundidade por um longo e intermitente período de tempo que se estendeu do ano de 2009 até o ano de 2021. O diálogo na pesquisa está centrado no protagonismo de Josefa Avelino, fundadora e atual presidenta da Associação Comunitária Reciclando para a Vida (ACREVI), mas contempla as catadoras de material reciclável da associação, que são em sua maioria mulheres negras, pobres, periféricas, mães, desempregadas, donas da economia do lar, que resistem diariamente nas ruas, vivendo das sobras, às sombras do modo de produção capitalista. Ao final, entendemos como a ação subjetiva de mulheres pode engendrar novas estratégias políticas em que a questão da produtividade está relacionada à outra lógica de economia da vida, uma economia das solidariedades.

Palavras-chave: mulheres catadoras; epistemologias do Sul; protagonismo feminino; socioeconomia da vida.

Community Feminism from the South: struggles, territories and resistances of waste pickers in the municipality of Mossoró/RN/ Brazil

Abstract

This article discusses the main struggles of recyclable material collectors in the city of Mossoró-RN, exposing from a theoretical and epistemological basis of black and community feminist order, ecofeminism, decolonial feminism, in the context of paradigmatic ruptures in Southern thought. The methodological anchorage came

from the point of view of cognitive injustice (Santos, 2010), and the voice of the underlings (Spivack, 2012), from where we conducted field research and in-depth interviews for a long and intermittent period of time that spanned the year from 2009 to the year 2021. The research dialogue is centered on the role of Josefa Avelino, founder and current president of the Recycling for Life Community Association (ACREVI), but includes the association's recyclable material collectors, who are mostly black women, poor, peripheral, mothers, unemployed, owners of the home economy, who resist daily in the streets, living off the leftovers, in the shadows of the world. ode of capitalist production. In the end, we believe we can see how the subjective action of women can engender new political strategies in which the issue of productivity is related to another logic of the economy of life, an economy of solidarities.

Keywords: women waste pickers; Southern epistemologies; female protagonism; socioeconomics of life.

Feminismo Comunitario desde el Sur: luchas, territorios y resistencias de los recicladores en el municipio de Mossoró/RN/ Brasil

Resumen

Este artículo discute las principales luchas de los recolectores de materiales reciclables en la ciudad de Mossoró-RN, exponiendo desde una base teórica y epistemológica del orden feminista negro y comunitario, el ecofeminismo, el feminismo descolonial, en el contexto de rupturas paradigmáticas en el pensamiento sureño, vino desde el punto de vista de la injusticia cognitiva (Santos, 2010), y la voz de los subordinados (Spivack, 2012), desde donde realizamos investigaciones de campo y entrevistas en profundidad durante un largo e intermitente período de tiempo que abarcó el año de 2009 al año 2021. El diálogo de investigación se centra en el rol de Josefa Avelino, fundadora y actual presidenta de la Asociación Comunitaria Reciclaje para la Vida (ACREVI), pero incluye a los recolectores de materiales reciclables de la asociación, que son en su mayoría mujeres negras, pobres, periféricas, madres, desempleadas, dueñas de la economía doméstica, que resisten a diario en las calles, viviendo de las sobras, en las sombras del mundo. oda de la producción capitalista. Al final, creemos que podemos ver cómo la acción subjetiva de las mujeres puede engendrar nuevas estrategias políticas en las que el tema de la productividad se relacione con otra lógica de la economía de la vida, una economía de las solidaridades.

Palabras clave: mujeres recicladoras; epistemologías del Sur; protagonismo femenino; socioeconomía de la vida.